

DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA DE DIREITOS POLÍTICOS E IGUALDADE DE GÊNERO

EIXO 2 - DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA – 3º LUGAR

Autora: ANA PAULA GIAMARUSTI CARVALHO

Coautora: Luciana De Toledo Temer Lulia

RESUMO

O artigo aponta alguns documentos importantes para a evolução do conceito e consequente efetivação dos direitos humanos na História do mundo ocidental com foco na conquista dos direitos das mulheres, especialmente os direitos políticos. Dentre os diversos documentos, destacam-se a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791 e a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948. Busca mostrar a ampliação dos destinatários dos direitos políticos citados em alguns desses documentos, e também na legislação e jurisprudência brasileiras, vez que essa titularidade já foi exclusiva de uma pequena parcela de pessoas, e a importância da igualdade de gênero para a política e a democracia.

Palavras-chave

Direitos Humanos. Direitos Políticos. Igualdade de gênero.

INTRODUÇÃO

A linha do tempo dos direitos humanos tem diversos documentos históricos¹, mas pela relevância simbólica na luta das mulheres para serem reconhecidas publicamente como titulares de direitos destaca-se a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791, de autoria de Olympe de Gouges, e como marco histórico da concepção contemporânea de direitos humanos, conforme Flávia Piovesan², a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, promulgada pela ONU.

Inserido na história dos direitos humanos está o foco deste estudo: a conquista dos direitos políticos pelas mulheres. Segundo José Jairo Gomes, direitos políticos “são as prerrogativas e os deveres inerentes à cidadania. Englobam o direito de participar direta ou indiretamente do governo, da organização e do funcionamento do Estado³”. Utilizando como referência teórica Hannah Arendt em sua obra “A condição humana”, refletiu-se sobre a importância dos direitos políticos para a construção do ser humano autônomo.

Buscou-se mostrar através do contexto histórico e até mesmo pela evolução linguística utilizada nos documentos selecionados que os destinatários desses direitos passaram de uma pequena parcela das pessoas que viviam nas cidades para a universalidade dos seres humanos e que essa ampliação só fortalece a representatividade tão necessária para a democracia.

1 Há neste artigo uma seleção de documentos importantes na história dos direitos humanos, sem que isso signifique que os demais não sejam relevantes. A seleção baseou-se apenas nos critérios apresentados: uma breve apresentação, com recorte histórico, para mostrar a evolução da conquista dos direitos humanos com foco nos direitos políticos e nas questões de gênero.

2 PIOVESAN, Flávia (Coord.). Direitos Humanos: Desafios da Ordem Internacional Contemporânea. **Direitos Humanos. Vol. I**, Curitiba: Juruá, 2006. p. 16.

3 GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2012, p. 4.

1 AS DECLARAÇÕES DE DIREITOS ANTES DO ILUMINISMO

Como antecedente histórico das declarações de direitos cita-se a Magna Carta da Inglaterra de 1215, elaborada por um grupo de nobres ingleses, que garantia plenos direitos aos “homens livres”, que eram apenas homens membros da nobreza, detentores de posses. Tem inegável importância como antecessora das declarações de direitos pois concedeu direitos aos súditos – os “homens livres” – e limitou o poder do Rei.

A Petição de Direito foi criada em 1628 pelos membros do Parlamento da Inglaterra liderados por *Sir Edward Coke*⁴, que compeliram o Rei Carlos I a assiná-la. Era uma declaração de liberdades civis que reconhecia muitos direitos e liberdades ao “homem livre”, além de atribuir relevante papel ao Parlamento, pois o monarca não teria mais autonomia para decidir sobre questões financeiras e controle do Exército, cuja palavra final passava a ser do Parlamento.

Os “homens livres” citados no documento eram apenas homens, assim como seus autores e signatários, os componentes do Parlamento inglês, denominados logo no início da Petição de Direito: “Os lordes espirituais e temporais e os comuns, reunidos em parlamento, humildemente lembram ao rei, nosso soberano e senhor,(...)”⁵. Na Inglaterra, apenas em 1918 as mulheres conquistaram o direito ao voto⁶, assim como uma resolução lhes permitiu ocupar vagas na Câmara dos Comuns.

4 Importante jurista inglês, Edward Coke (1552-1634) teve papel fundamental no desenvolvimento da Common Law e da Constituição inglesas. Fonte: <https://www.britannica.com/biography/Edward-Coke#ref1395> Acesso em: 20.Dez.2018.

5 Texto completo em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/peticao-de-direito-1628.html> Acesso em: 20.Dez.2018.

6 Através do *Representation of the People Act 1918*, uma lei do Parlamento da Inglaterra aprovada para reformar o sistema eleitoral na Grã-Bretanha e na Irlanda.

2 AS DECLARAÇÕES DE DIREITOS NA ERA DO ILUMINISMO

Para os fins deste artigo fez-se um recorte histórico para destacar alguns documentos importantes na história da conquista dos direitos do Século XVIII.

A Declaração de Direitos de Virgínia de 1776, também conhecida como “Declaração de Direitos do Bom Povo de Virgínia”, foi um documento essencial no reconhecimento da existência de direitos inerentes a todos os homens, ao trazer em seu artigo 1.^º: “Que todos os homens são, por natureza, igualmente livres e independentes, e têm certos direitos inatos (...)”⁷ – grifo nosso

Foi um documento que influenciou várias manifestações importantes para o reconhecimento dos direitos do homem, tais como a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América do Norte de 1776⁸, a Declaração dos Direitos dos Estados Unidos de 1789 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 foi o documento símbolo da Revolução Francesa, e assim como a Declaração de Direitos de Virgínia de 1776, define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais, ao nominalmente afirmar em seu preâmbulo⁹:

Os representantes do povo francês, reunidos em Assembléia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da

7 Texto completo em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html> Acesso em: 20.Dez.2018.

8 Ambas são de 1776, mas a Declaração de Direitos de Virgínia é de 16 de junho e a Declaração de Independência americana foi proclamada em 04 de julho.

9 Texto completo em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html> Acesso em: 20.Dez.2018.

corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem (...) – grifos nossos

Este documento é reconhecidamente um marco histórico da civilização e uma elevação no ideal da dignidade humana ao proclamar que valores tão fundamentais como a liberdade, a igualdade e a fraternidade seriam direitos de todos e deveriam estar acima de qualquer interesse particular. O avanço e o simbolismo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 são incontestáveis na história da conquista e efetivação dos direitos humanos e sem esses fundamentos não haveria o sistema contemporâneo simbolizado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Há aqui uma relevante questão: os documentos produzidos a partir de 1776 estavam inseridos no contexto histórico do Iluminismo, o movimento intelectual surgido na França ainda no século XVII e que se desenvolveu por toda a Europa no século XVIII, e foram fortemente influenciados pelos seus pilares: liberdade, igualdade e fraternidade. Os idealizadores iluministas acreditavam que o pensamento racional deveria substituir as crenças religiosas e o misticismo, pois para eles a evolução do homem só seria possível através da racionalidade e por ela deveriam ser formuladas as respostas que até então eram trazidas pela fé. Seus principais idealizadores e expoentes são fundamentais no estudo da História, do Direito e das Ciências Humanas ocidentais de forma geral, tais como Montesquieu, John Locke, Voltaire, Jean-Jacques Rousseau, Denis Diderot e Adam Smith.

Neste cenário intelectual, de inegável domínio masculino, surge Olympe de Gouges, viúva e mãe de um menino, dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista, que no início dos anos de 1780 foi autora de uma peça de teatro chamada *L'Esclavage des nègres*¹⁰, além de obras relacionadas aos temas dos direitos ao divórcio e às relações sexuais fora do casamento. Então, em setembro de 1791, ela escreve a

10 Seu nome de registro era Marie Gouze, nascida em 07 de maio de 1748, em Montauban, na França. Fonte: https://www.fabula.org/actualites/olymp-de-gouges-l-esclavage-des-negres_17330.php. Acesso em: 21.Dez.2018.

Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã¹¹, de notável relevância para este artigo por ser o documento reconhecido como a primeira manifestação pública a defender a igualdade jurídica e legal das mulheres em relação aos homens. Essa manifestação escrita foi a forma encontrada pela autora para se opor publicamente ao fato de que a Declaração francesa de 1789 não abrangia textualmente as mulheres.

Importante frisar que não se busca relativizar a importância de um símbolo histórico incontestável como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 – cujo texto não excluía as mulheres ou negava a elas os direitos ali elencados –, mas sim apresentar a perspectiva de uma mulher que teve um papel importante na história do feminismo, pelo seu pioneirismo na luta pelos direitos das mulheres e que não aceitava que o universalismo dos direitos só estivesse presente teoricamente, pois na prática se mantinham os privilégios masculinos, conforme seus textos e registros documentais revelam. Seu objetivo era apresentar a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã à Assembleia Nacional, para que fosse aprovada e entrasse em vigor, e então houvesse um respaldo legal para que os direitos outorgados aos homens também se estendessem às mulheres.

No preâmbulo desse documento Olympe de Gouges fez uma espécie de chamamento à consciência dos homens e se refere ao “Criador”, fazendo um paralelo com a natureza, onde tudo é fruto da harmonia e cooperação entre machos e fêmeas, para então finalizar com a lembrança de que todos os homens estão ligados às mulheres por laços de parentesco¹².

11 Texto completo em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> Acesso em: 21.Dez.2018.

12 “Homem, sabes ser justo? É uma mulher que te pergunta: não quererás tolher-lhe esse direito? Dize-me, quem te deu o soberano poder de oprimir o meu sexo? A tua força? As tuas capacidades? Observa o Criador na sua sabedoria; percorre a natureza em toda a sua grandeza, da qual pareces querer aproximar-te, dá-me, se puderes, um exemplo desse domínio tirânico. Considera os animais, consulta os elementos, estuda os vegetais, lança enfim um olhar sobre todas as modificações da matéria organizada e rende-te à evidência quando te

Nos artigos escritos pela autora percebe-se que a ideia central defendida era o feminismo como entendido neste artigo: a igualdade de direitos entre os gêneros, incluídas as responsabilizações e punições¹³.

Destaca-se a importância dada pela autora à questão da representatividade para a legitimidade da Constituição quando declarava no artigo XVI que “é nula se a maioria dos indivíduos que compõem a nação não cooperou na sua redação.”

Cabe também o registro que Olympe de Gouges morreu guilhotinada em 1793 como consequência de seu ativismo político e textos críticos ao contexto em que vivia, e é inegável sua importância na história de luta pela igualdade das mulheres¹⁴.

ofereço os meios para isso; procura, escava e distingue, se puderes, os sexos na administração da natureza. Em toda parte tu os encontrarás amalgamados e cooperantes no conjunto harmonioso desta obra-prima imortal.” Interessante notar que Olympe de Gouges usou, em 1793, um recurso argumentativo até hoje utilizado como apelo à empatia dos homens sobre os direitos das mulheres, que é o laço de parentesco.

13 Art. I. **A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem.** As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum. (...) Art. VI. **A lei deve ser a expressão da vontade geral; todas as cidadãs e cidadãos devem concorrer pessoalmente ou com seus representantes para a sua formação; ela deve ser igual para todos. Todas as cidadãs e cidadãos, sendo iguais aos olhos da lei,** devem ser igualmente admitidos a todas as dignidades, postos e empregos públicos, segundo as suas capacidades e sem outra distinção a não ser suas virtudes e talentos. Art. VII. **Dela não se exclui nenhuma mulher: esta é acusada, presa e detida nos casos estabelecidos pela lei. As mulheres obedecem como os homens a esta lei rigorosa.** (...) Art. XIII. **Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais;** ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria. – grifos nossos.

14 Apesar disso, ela ficou praticamente desconhecida até que Benoîte Groult, jornalista e escritora francesa, republicou sua Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã em 1986. Como homenagem póstuma, desde 2016, na Assembleia Nacional de Paris, no Salão das Quatro Colunas, há um busto em sua homenagem, feito em mármore, entre os de outros personagens históricos – todos homens. Fonte: <https://www.geledes.org.br/pioneira-do-feminismo-que-foi-parar-na-guilhotina/> Acesso em: 21.Dez.2018.

3 A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948

Fazendo novo recorte histórico, examina-se agora o símbolo e fundamento do sistema de Direitos Humanos da era moderna, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948.

Como uma resposta aos horrores vividos pelo mundo com a Segunda Guerra Mundial e devido ao fracasso da Liga das Nações em impedir as atrocidades ocorridas, representantes de cinquenta países reuniram-se na “Conferência das Nações Unidas na Organização Internacional”, para criar um organismo internacional¹⁵.

Eleanor Roosevelt, viúva do presidente americano Franklin Roosevelt, era a delegada dos Estados Unidos nas Nações Unidas e presidente da Comissão de Direitos Humanos. Seu papel foi primordial na defesa destas questões. Em 1948, essa comissão iniciou a criação do documento que se tornou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, publicada em 10 de dezembro do mesmo ano, chamada por Eleanor Roosevelt como “Carta Magna internacional para toda a Humanidade”.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é composta por trinta artigos, e muitos deles já eram citados em outros documentos, mas pela primeira vez na história foram reunidos e codificados num único documento.

Em termos de abrangência dos destinatários de direitos assegurados em documentos legais ao redor do mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um avanço de incomparável magnitude, com a seguinte redação em seus artigos iniciais:

Artigo I

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

15 Ideia cujo precursor foi o filósofo prussiano Immanuel Kant, em “À Paz Perpétua”, escrito em 1795.

São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II

1 – Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. – grifos nossos.¹⁶

Note-se que não há mais o uso do vocábulo “homem” para designar os seres humanos, e sim “toda pessoa”. Não é mera questão lingüística: é uma alteração importante para universalizar os titulares dos direitos ali expressos.

4 A IMPORTÂNCIA DOS DIREITOS POLÍTICOS

Direitos políticos são um conjunto de direitos outorgado à população para participar do processo político e da vida pública de um país, e esses direitos variam de acordo com as regras constitucionais, eleitorais e o regime político de cada nação.

Sobre vida pública e política cabe trazer algumas reflexões da filósofa contemporânea Hannah Arendt em sua obra “A condição humana”, de 1958, onde ela analisa o modo de viver do ser humano e seus valores desde a tradição do pensamento filosófico até a era moderna. Para a perspectiva deste artigo, nos interessa trazer aqui a visão da autora sobre a ação e o espaço público, pois para ela a ação é a única dentre as três atividades essenciais da *vita activa*¹⁷ que se exerce diretamente

16 Texto completo em: https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html Acesso em: 21.Dez.2018.

17 Hannah Arendt entende que as três atividades essenciais da *vita activa* são o labor, o trabalho e a ação, e os campos de atuação dessas atividades são o político e o social, o público e o privado.

entre os homens, e por isso pressupõe a pluralidade. Está intrinsecamente ligada à política, é uma prerrogativa exclusiva do ser humano, e a fonte do significado da vida humana. Enquanto a força é a qualidade natural de um indivíduo isolado, o poder passa a existir entre os homens quando eles agem juntos, e desaparece no instante em que eles se dispersam. Arendt lembra o *zoon politikon*¹⁸ de Aristóteles: aquele que vive para a *polis*, para a sociedade, o “homem normal” na visão do filósofo¹⁹. O que depende dos demais para existir, aqueles que coexistem.

Sobre os campos de atuação da *vita activa*, Hannah Arendt entende que o importante para o ser humano é o espaço público, o local de origem da política. É o espaço da aparência, no qual uns aparecem aos outros pelo discurso, onde cada um pode mostrar suas singularidades, sem mediação das coisas ou da matéria. Para ela, no espaço público a ação do cidadão legitima e dá sentido à política e é o local onde todos são iguais, no exercício de sua cidadania. Arendt entende que a liberdade é exclusiva da esfera política, e só se é livre enquanto se é cidadão, na cidade, no espaço público. A autora, apesar de reconhecer a liberdade moderna e privada da não-interferência, entende como verdadeira a liberdade pública de participação democrática. E ressalta: ação, palavra e liberdade não são coisas dadas, mas requerem, para surgirem, a construção e manutenção do espaço público.

É inegável a importância da política e do espaço público na construção da essência e da cidadania do ser humano, e por isso a importância da inclusão das mulheres no espaço público e consequentemente na política e nos espaços de poder para a emancipação real de 51,6% (cinquenta e um por cento e sessenta décimos) da população, de acordo com os dados do PNAD-C realizado pelo IBGE no ano de 2017.²⁰

18 Conforme Hannah Arendt: “a *polis* é a organização da comunidade que resulta do agir e falar em conjunto, e o seu espaço situa-se entre as pessoas que vivem juntas com tal propósito, não importa onde estejam.”

19 Política, Livro I Capítulo II [1253a]. São Paulo: Martin Claret, 2006.

20 Fonte: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html> Acesso em: 08.Mai.2019.

5 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA TRADIÇÃO DO PENSAMENTO OCIDENTAL

Essa limitação imposta às mulheres, trazida desde a Grécia Antiga e mantida ao longo da história ocidental até pouco tempo²¹, baseava-se na ideia que o espaço “do feminino” era o espaço da casa e as questões da esfera privada, local em que as mulheres também estavam submetidas ao poder patriarcal ou de seu marido, o chefe da família. Importante frisar que essa realidade ainda não foi transformada completamente e que a reivindicação do feminismo, na ótica deste artigo, é apenas a garantia de acesso a esses espaços com os mesmos direitos outorgados aos homens ao longo da história. O que não cabe, nesse entendimento, é a limitação imposta pelos outros ao papel que a mulher queira exercer, por sua própria escolha. Deve ser garantida às mulheres a liberdade plena – como cidadãs e titulares de direitos e deveres – de decidirem os rumos de suas trajetórias.

Ao trazer referências na conquista dos direitos humanos e políticos das mulheres ocidentais, buscou-se a ideia de mulher na Filosofia grega, especificamente nas lições trazidas por Platão e Aristóteles. A importância da Grécia antiga na construção social do papel da mulher é tratada por Fernanda Henriques, docente na Universidade de Évora e Doutora em Filosofia²²:

(...) No caso vertente, das concepções filosóficas e das representações do feminino, parece ser pacífico afirmar que recebemos da Grécia uma discriminação antropológica fundadora, uma espécie de **este-reótipo arquetípico**, que levou a pensar o feminino como derivado e, conseqüentemente, as mulheres como o segundo sexo, ao longo de toda a tradição ocidental. (...)

21 Observe-se que nos Estados Unidos as mulheres só obtiveram o direito ao voto em 1928 e na França, em 1945.

22 HENRIQUES, Fernanda. Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2010. v. 89. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/3661> Acesso em: 19 dez.2018.

(...) Mas parece ser igualmente pacífico reconhecer que também veio da Grécia a conceptualização do feminino e das mulheres no respeitante, por exemplo, à configuração da força, da coragem e da convicção, como é o caso de Antígona, ou da possibilidade das filósofas rainhas, como é proposto em a *República*, de Platão. Neste contexto, não parece racionalmente legítimo considerar-se apenas que na Grécia as mulheres estavam confinadas ao gineceu, não podiam entrar na vida pública a não ser para algumas festas religiosas e eram conceptualmente aproximadas dos escravos e das crianças, porque, embora cada uma destas coisas tenha ocorrido, parece ter havido também outras ocorrências que contrariam a universalidade do desrespeito pelo feminino e pelas mulheres. – grifos nossos

Platão (428 a.C. – 347 a.C.) defendeu na República que as mulheres eram tão capazes de administrar quanto o homem, pois o necessário para gerir a cidade-Estado era a razão, e as mulheres e os homens a possuíam igualmente, pois sua base era a argumentação racional do ser humano, algo bastante ousado para o tempo em que viveu, porque não fazia distinção entre as aptidões de acordo com o gênero.

Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), por sua vez, entendia que a mulher era um homem não completo. Em Política, note-se que a possibilidade da mulher ser cidadã nem é considerada, e ele coloca que mesmo os homens não são iguais entre si, pois há categorias entre eles. Fernanda Henriques também traz, em seu texto, o que entende ser a principal finalidade da Política de Aristóteles, para naturalizar a ideia de que é originário da natureza a ideia de que há, com base “na natureza das coisas”, alguém que deve mandar e outro que deve obedecer.

A filósofa inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) publicou sua obra “Reivindicação dos Direitos da Mulher” em 1792, com fundamentos nos ideais iluministas, onde abordava as questões da desigualdade de gênero no campo político, a discriminação de gênero na educação e a inferiorização das mulheres nas sociedades ocidentais. A obra era uma resposta à Constituição Francesa de 1791, que não incluía as mulheres na categoria de cidadãs. O viés usado por ela é o mesmo da Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791: não havia nos

documentos referência nominal às mulheres, apesar de não serem excluídas, nem a elas negados aqueles direitos, e apesar da universalidade teórica sobre a igualdade entre homens e mulheres, não era isso o que se praticava.²³ Enfatiza-se aqui, novamente: de forma alguma questiona-se o avanço que esses documentos trouxeram à humanidade como símbolos de conquistas em termos de direitos, mas sim a importância delas os contestarem, pelo retrato da realidade expressa em suas obras.

Mary Wollstonecraft entendia que a educação era imprescindível para que as mulheres superassem a desigualdade com que eram tratadas²⁴ e já defendia a ideia que a construção social do gênero era responsável pelo papel submisso da mulher na sociedade, consagrada depois por Simone de Beauvoir, filósofa que no final dos anos 1940 escreveu "O Segundo Sexo". Ambas entendem que a construção cultural do papel da mulher era o fundamento da opressão feminina e que as mulheres eram capazes de escolher o que querem tornar-se, assim como os homens. Dessa maneira, Beauvoir se contrapõe à ideia do final do Século XIX que usava a biologia para justificar a inferior posição do sexo feminino e as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

6 OS VOCÁBULOS E SEUS SIMBOLISMOS NA IGUALDADE DE GÊNERO

O vocábulo homem a que se referem os documentos, principalmente aqueles redigidos antes do Iluminismo, deve ser entendido como "ser humano adulto do sexo masculino", pois no aspecto aqui tratado – o da inclusão das mulheres como titulares de direitos humanos, especialmente direitos políticos – a questão formal da lingüística e a

23 Fonte: <https://acasadevidro.com/2018/08/28/feminismo-iluminista-em-flor-conheca-a-vida-breve-mas-ardente-de-mary-wollstonecraft-1759-1797/> Acesso em: 21.Dez.2018.

24 Ela inclusive se opunha de forma pública a Jean-Jacques Rousseau, pois era contra sua ideia de segregação de gênero na educação. Fonte: <https://www.boitempoeditorial.com.br/autor/mary-wollstonecraft-274> Acesso em: 21.Dez. 2018.

evolução do significado conceitual da palavra “homem” são relevantes, sendo inegável que a transformação do vocábulo – que passou a abranger a universalidade dos seres humanos – só aconteceu devido ao reconhecimento da mulher na sociedade como alguém digna de direitos antes reservados apenas aos homens. Depois, dentro do recorte histórico feito neste artigo, passamos ao uso do vocábulo “pessoa” na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Pontua-se essa evolução no tratamento e uso do vocábulo para ampliar os destinatários dos direitos outorgados nas declarações trazidas da seguinte forma: no início eram os “homens livres” os detentores dos direitos. Num segundo momento, durante o Iluminismo, se falava em “homens” sem excluir as mulheres textualmente, mas os registros indicados mostram que na prática elas não eram titulares dos mesmos direitos que eles possuíam. A sociedade, assim, passou a usar o vocábulo “homem” com o significado de “ser humano”, mas é fato que essa significação se relaciona com o domínio que os homens tiveram, ao longo da história ocidental, da produção dos documentos, da história e das artes. Alcança-se então o uso da expressão “pessoa” na Declaração de Direitos de 1948, como uma forma de simbolizar a universalidade dos destinatários daqueles direitos. E há, no início do século XXI, a personalização dos vocábulos no uso dos pronomes de tratamento e até mesmo adaptações lingüísticas para abranger as mais diversas singularidades que convivem no mundo, a denominada “Linguagem neutra de gêneros gramaticais”.²⁵

25 Atualmente pode-se encontrar, mesmo em documentos formais, pronomes de tratamento adaptados em seus formatos femininos e masculinos a depender dos destinatários a quem se dirige, ao invés do uso genérico do pronome masculino. Há inclusive inovações nos vocábulos, com o uso dos caracteres “x” e “@” – já superados – e “e” para indicar neutralidade de gênero. Ex.: “alunxs” “todes”. Neste sentido: http://pt-br.identidades.wikia.com/wiki/Linguagem_n%C3%A3o-bin%C3%A1ria_ou_neutra ; <https://medium.com/coragem/adoptando-a-linguagem-neutra-de-g%C3%AAnero-e509e6e4e06c> Acesso em: 10.Dez.18.

7 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE MULHERES NA POLÍTICA

No Brasil, a Constituição de 1824 definia que apenas homens livres e adultos (acima dos 20 anos) podiam votar. Há registros de que na Constituição de 1890 houve intensos debates sobre a questão do voto feminino, mas o texto final da Constituição de 1891 dizia em seu artigo 70 que eram eleitores “os cidadãos maiores de 21 anos”, que se alistassem na forma da lei. O deputado César Zama era um defensor do voto das mulheres, mas o deputado Moniz Freire chegou a dizer que o voto à mulher representaria a “dissolução da família brasileira”²⁶.

Há em nosso país algumas referências no pioneirismo na luta dos direitos políticos das mulheres: Nísia Floresta, nascida em 1810 no Rio Grande do Norte; Leolinda Daltro, que em 1910 fundou o Partido Republicano Feminino no Rio de Janeiro; e Bertha Luz, que em 1919 criou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e em 1932 a Liga Eleitoral Independente.

Nísia Floresta escreveu, aos 22 anos, a obra “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”. Foi educadora, escritora, poetisa e ativista política abolicionista e republicana. Viveu no Brasil e na Europa, e escreveu outras 14 obras, onde defendia os direitos das mulheres, dos indígenas e dos escravos. Faleceu em 1885.²⁷

Leolinda de Figueiredo Daltro²⁸, professora baiana, fez em 1917 um requerimento no 4º Distrito de Polícia do Rio de Janeiro, capital da República e onde residia, para solicitar seu título de eleitora. Dias depois liderou, no centro da cidade, uma passeata para exigir a extensão do voto à mulher.²⁹

26 Fonte: https://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=24300#&panel1-1 Acesso em 08.Mai.2019.

27 Fonte: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/> Acesso em: 21.Dez.2018.

28 Também se encontra grafado seu nome como Deolinda, em alguns artigos.

29 KARAWECZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013. p.151.

Bertha Luz é reconhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Sua Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), cujo embrião foi o Partido Republicano Feminino, fazia grandes esforços junto a políticos, para que fosse concedido às mulheres o direito de voto e também o de serem candidatas.

Na legislação a primeira norma é do ano de 1927, do Estado do Rio Grande do Norte. A lei eleitoral estadual decorrente da revisão constitucional de 1926 teve incluída uma emenda que constou das disposições transitórias: “Artigo 17. No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.” Essa inclusão foi feita pelo governador José Augusto Bezerra, a pedido do candidato à sua sucessão, Juvenal Lamartine, que intercedeu nesse sentido porque havia incluído em sua plataforma a participação das mulheres nas eleições e também nos cargos eletivos. Mas essa inclusão só foi possível devido ao empenho de Bertha Luz junto ao candidato por essa pauta. Como resultado dessa lei, vinte eleitoras se inscreveram no Rio Grande do Norte, e quinze mulheres votaram na eleição de 15 de abril de 1928, na qual Juvenal Lamartine foi eleito governador.

Em 1928 uma advogada mineira, conhecida como Mietta Santiago, impetrou um Mandado de Segurança alegando que a proibição do voto feminino contrariava o artigo 70 da Constituição de 1891, pois “cidadãos maiores de 21 anos que se alistavam na forma da lei” não fazia distinção entre homens e mulheres. Seu Mandado de Segurança foi julgado procedente e ela conseguiu o direito de votar e também o de concorrer ao cargo de Deputada Federal.

A primeira prefeita eleita na América Latina foi Alzira Soriano, do Partido Republicano, na cidade de Lages, também no Rio Grande do Norte, em 1928.

Mas apenas em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, através do decreto 21.076 do Código Eleitoral Provisório, é que foi garantido às mulheres o direito ao voto. Mas havia restrições: somente mulheres casadas – com autorização dos maridos – e viúvas e solteiras com

renda própria poderiam votar. Finalmente, na Constituição de 1934 ficou assegurado o direito das mulheres ao voto, sem restrições. E em 1946 a Constituição determinou a obrigatoriedade do voto às mulheres.

Destaque-se neste aspecto o fundamental papel da ONU para promover, garantir e proteger a igualdade de gênero no mundo, pois a atual legislação brasileira é decorrência direta de sua IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, que ocorreu em 1995³⁰ na China e cujo resultado é a Plataforma de Ação de Pequim, da qual o Brasil é signatário³¹. Como consequência, houve a promulgação da Lei nº 9.100, ainda em 1995, a primeira lei eleitoral que determinou cotas para as candidatas mulheres, com regras para as eleições municipais subsequentes e determinou o mínimo de 20% (vinte por cento) de candidatas em cada partido ou coligação.

Em 1997 a Lei nº 9.100/95 foi revisada pela Lei nº 9.504, que determinou que nas eleições de 1998 o percentual mínimo de cada gênero fosse de 25% (vinte e cinco por cento), estendeu a medida para todos os cargos e para todas as eleições seguintes, em âmbito municipal, estadual e federal. E a partir das eleições do ano 2000, a cota de gênero foi ampliada para 30% (trinta por cento).

A Lei nº 9.504 não foi escrita como a Lei nº 9.100, cujo texto trazia expressamente a ideia da cota para mulheres. Artigo 11, §3º "Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.". A lei de 1997 foi escrita de modo indistinto, para que houvesse participação de ambos os gêneros, apesar de ter como objetivo prático a determinação da presença das mulheres na política partidária, até porque ainda não houve registro de chapas eleitorais com maioria de candidatas mulheres e candidatos precisando usar as cotas definidas por lei.

30 Fonte: <https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/> Acesso em: 10.Dez.2018.

31 Texto completo em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPe-quimquartconfmulh.html> Acesso em 10.Dez.2018.

A redação do artigo 10, § 3º, da mesma lei, era a seguinte: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.” E a interpretação desta norma, pelos partidos, era no sentido de que essa cota seria mera reserva de vagas, pois a expressão “deverá reservar” era usada para justificar a ideia de que se não houvesse candidatas aptas a preencher esses 30% (trinta por cento), poderia o partido preencher essas vagas com candidatos homens³².

Então, em 2009 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 12.034, conhecida popularmente como minirreforma eleitoral, e então a expressão “deverá reservar” foi alterada por “preencherá”: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. Com isso, não restou mais dúvidas sobre a obrigatoriedade da questão. Não há mais como falar em simples “opção ou reserva”.³³

A Lei nº 12.891, de 2013, outra minirreforma eleitoral, introduziu o artigo 93-A na Lei nº 9.504, para regular a promoção de propaganda institucional em rádio e televisão, pelo Tribunal Superior Eleitoral, para incentivar a igualdade de gênero e a participação feminina na política, entre os meses de março e junhos dos anos eleitorais. Em 2015 a Lei nº

32 Esse entendimento era combatido por outra corrente, sendo inclusive a posição do Tribunal Superior Eleitoral: “[...] Registro. Vagas destinadas a candidatura de mulheres. Interpretação do § 5º do art. 10 da Lei nº 9.504/97. A análise do § 5º deve ser feita sistematicamente com o disposto no § 3º da mesma lei. Impossibilidade de preenchimento por candidatura de homem. [...]” (Ac. Nº 12.834, de 19.8.96, rel. Min. Francisco Rezek e Ac. Nº 16.632, de 5.9.2000, rel. Min. Costa Porto) “[...] Renúncia de candidatos. Vagas reservadas a mulheres. Estatuto partidário. Não pode dispor contra norma legal. [...]” (Res. nº 19.582, de 30.5.96, rel. Min. Diniz de Andrada.)

33 Também nesse sentido o julgamento do Recurso Especial nº 78432/PA do Tribunal Superior Eleitoral que fixou o entendimento no sentido que a mudança do vocábulo “deverá reservar” por “preencherá” era significativa e portanto, de observância obrigatória. Fonte: <http://inter03.tse.jus.br/sjur-pesquisa/pesquisa/actionBRSSearch.do?toc=false&httpSessionName=brsstateSJUT803242337§ionServer=TSE&docIndexString=2> Acesso em 10.Mai.2019.

13.165, a “Reforma Eleitoral de 2015”, passou a determinar a obrigatoriedade dessas campanhas, com cinco inserções diárias de mensagens dirigidas às mulheres, durante os quatro meses anteriores às eleições.

A Lei nº 13.165 trouxe inúmeras novidades, tal como o estabelecimento de um percentual mínimo e máximo de recursos do Fundo Partidário para aplicação em campanhas eleitorais de mulheres, com prazo de exigência. Nas três eleições seguidas à publicação da lei (Eleições 2016, 2018 e 2020), os partidos deveriam reservar no mínimo 5% e no máximo 15% do montante do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais para aplicação nas campanhas de suas candidatas. Em face dessa norma (o artigo 9º da lei) a Procuradoria Geral da República, no final do ano de 2016, propôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5617, cujo relator foi o Ministro Edson Fachin. E a decisão, por maioria, foi no sentido de que a distribuição de recursos do Fundo Partidário destinado ao financiamento das campanhas eleitorais direcionadas às candidaturas de mulheres deve ser feita na exata proporção das candidaturas de ambos os sexos, respeitado o patamar mínimo de 30% de candidatas mulheres previsto no artigo 10, § 3º, da Lei 9.504/1997 (Lei das Eleições). O Plenário decidiu também que a fixação de prazo para esta regra, como determina a lei, é inconstitucional, e que a distribuição não discriminatória deve perdurar enquanto for justificada a necessidade de composição mínima das candidaturas femininas.

Contudo, mais de duas décadas após a implantação da cota de gênero em eleições proporcionais, o tema permanece atual e ainda são necessárias ações afirmativas para garantir um mínimo de mulheres na política partidária. Um exemplo disso é uma ação direta de inconstitucionalidade³⁴ do ano de 2007 contra o dispositivo legal que determinou o percentual de 30% (trinta por cento) para cada gênero nas candidaturas, sob o argumento de que essa determinação violaria o princípio fundamental da isonomia entre homens e mulheres e por isso criaria um favorecimento às mulheres, além da dificuldade dos

34 Ação Direta de Inconstitucionalidade 3986. Fonte: STF. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2574389> Acesso em 10.Fevereiro.2019.

partidos em atender a essa determinação e do prejuízo que teriam em relação à obtenção de votos. E em Fevereiro de 2019 houve a proposição de uma lei, por um Senador, para revogar a norma da legislação eleitoral que prevê que nenhum gênero pode ter mais de 70% (setenta por cento) nas chapas das candidaturas dos partidos. Sua justificativa foi a alegação de que muitos partidos não conseguem cumprir a regra e por isso fraudam os registros. Sendo assim, conclui ele, o melhor a ser feito é acabar com a política afirmativa de cotas para mulheres.³⁵

CONCLUSÃO

O artigo trouxe um breve histórico com selecionados documentos importantes para o mundo ocidental sobre a evolução dos direitos humanos, seus destinatários e sua conquista pelas mulheres, com ênfase nos direitos políticos. Como símbolo da restrita parcela a quem eram outorgados, destacam-se os “homens livres” da Magna Carta inglesa de 1215, precedente histórico das declarações de direitos, que também são os sujeitos da Petição de Direito da Inglaterra de 1628.

Em documentos da época do Iluminismo, e mesmo por causa da influência deste movimento, evidencia-se a referência nominal a “todos os homens” e, com isso, a ampliação da titularidade desses direitos. Entretanto, e sem questionar a importância das Declarações de Virgínia de 1776 e da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 como marcos civilizatórios da evolução do conceito e efetivação dos direitos humanos, apresentou-se a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791 e a Reivindicação dos Direitos da Mulher de 1792, das autoras Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, que contestavam a ideia de que os célebres instrumentos de emancipação popular não abrangiam as mulheres de forma nominal e não promoviam a presença das mulheres no espaço político.

Como símbolo do momento contemporâneo, há a Declaração Uni-

35 Senador Angelo Coronel (PSD/BA), projeto de lei nº 1.256 de 2019. Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135505> Acesso em 27.Fevereiro.2019.

versal dos Direitos Humanos de 1948 que foi de imensurável avanço na questão dos direitos e da universalidade de seus destinatários, e o papel crucial da Organização das Nações Unidas como defensora da igualdade de gênero no mundo.

No enfoque das questões dos direitos políticos e do espaço público como local de conquista da cidadania e da plena liberdade, citou-se a reflexão de Hannah Arendt em sua obra “A condição humana”, que trata da importância da participação política na *vita activa* para garantir a condição fundamental da existência humana, a pluralidade e a paradoxal singularidade individual. A autora entende que aquele que não participa do espaço da convivência se torna impotente, por maior que seja sua força e por mais válidas que sejam suas ações, e nesse ponto há conexão com a limitação da mulher às questões da esfera privada, que não consegue tornar-se um ser político se a ela não for outorgado o direito de participar do espaço público. Diz Arendt que o poder não pode ser armazenado e mantido em reserva para casos de emergência, pois só existe em sua efetivação.

Centrado nas questões das mulheres ocidentais pesquisou-se como a mulher era retratada na Filosofia grega, principalmente por Platão e Aristóteles. Apesar de Platão ter uma visão muito mais igualitária dos homens e das mulheres, o que prevaleceu ao longo da história foi o pensamento aristotélico, que justificava a submissão das mulheres e que mesmo entre os homens criou categorias, para legitimar a superioridade do homem possuidor de certas características, para com isso perpetuar a exclusividade do exercício da política e da cidadania para estes “escolhidos”.

Atinge-se então a questão de gênero e o importante simbolismo do vocábulo “homem” e sua evolução histórica. Percebe-se claramente que a partir do momento que as mulheres começam a questionar o poder instituído e a lutar pela conquista da cidadania, pois querem participar efetivamente das decisões que afetam a todos, as relações de gênero começam a ser discutidas e a crença da superioridade masculina – retratada inclusive na utilização do vocábulo “homem” como sinônimo para “ser humano” – passa a ser refutada. Neste aspecto,

a substituição do vocábulo “homem” por “pessoa” na Declaração de 1948 e a atual utilização de pronomes de tratamento adaptados ao destinatário nada mais é que o registro documental da construção e evolução dessa individualidade e da emancipação que as mulheres conquistaram ao longo da história.

Cabe o reforço do colocado ao longo do texto: o feminismo aqui defendido é a simples ideia de direitos iguais entre homens e mulheres. Não há nenhuma intenção de revanchismo ou substituição do opressor: busca-se a cooperação e a parceria em prol da humanidade.

Não se pode esquecer ou deixar cair no esquecimento o fato de que ainda vivem em sociedade mulheres que até um passado recente não tinham direito a estudar, votar, trabalhar fora de casa ou se divorciarem, exercendo de forma exclusiva o papel de mães e esposas, limitadas ao espaço privado e ainda assim submissas às determinações de uma figura masculina. Além disso, cabe ressaltar que esse modelo de construção social não é benéfico nem mesmo aos homens, que também acabam direcionados a um papel masculino estereotipado que serve apenas para perpetuar padrões ultrapassados.

Sobre as questões relacionadas aos direitos políticos, afirma-se que representatividade importa, ou seja, ter mulheres participando dos pleitos eleitorais, na efetivação da democracia e tomando decisões como representantes do povo faz diferença nas garantias de seus direitos. Mas não basta ser mulher, pois se ela continua reproduzindo e perpetuando o padrão da sociedade em que vive, nada mudará. É preciso ser um agente de avanço nas conquistas sociais e políticas.

O direito à igualdade não é outorgado de maneira simples, sem reivindicação e defesa contínuas. Depreende-se que em relação à participação das mulheres na política a atuação dos Tribunais brasileiros foi positiva e determinante.

Muitas mulheres tiveram que lutar para serem reconhecidas como titulares de direitos e cidadãs. Para chegar até aqui, e ainda falta um imenso território a ser conquistado, muitas antecessoras percorreram

árduos caminhos, e quando o fizeram, muitas foram discriminadas e até mesmo mortas. Honre-se então a memória dessas mulheres corajosas, como Olympe de Gouges, que conclui assim sua Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã: “Mulher, desperta; a força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos.”

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BOBBIO, NORBERTO. **Igualdade e Liberdade**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 5ª

ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

DALLARI, Dalmo. **Os Direitos da Mulher e da Cidadã Por Olímpia de Gouges**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

GOUGES, Olympe. **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**. São Paulo: Editora Delphi, 2010.

GUIMARÃES, E. F. A construção histórico-sociológica dos direitos humanos. **Revista Organizações & Democracia**, Marília, v. 11, n.2, Jul./Dez. 2010, p. 77-95. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/view/494/401> Acesso em: 18 dez.2018.

HENRIQUES, Fernanda. Concepções filosóficas e representações do

feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2010. v. 89. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/3661> Acesso em: 19 dez.2018.

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar** : dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2013.

MATUOKA, Ingrid. **Nísia floresta: a primeira educadora feminista do Brasil**. 2017. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/nisia-floresta/> Acesso em: 20 dez. 2018.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra Monteiro. **A vida e o engajamento das mulheres revolucionárias**. In: AMARO, Sarita; DURAND, Véronique (Orgs.) *Veias feministas: Memória, desafios e perspectivas para a mulher do século 21*. Rio de Janeiro: Bonecker, 2017. p. 33-52.

PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos Humanos: Desafios da Ordem Internacional Contemporânea**. Direitos Humanos. Vol. I, Curitiba: Juruá, 2006. p. 15-37.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Edipro, 2012.

SCHUMAER, Schuma; CEVA, Antônia. **Mulheres no Poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.